Câmara Municipal de Birigüi - SP
PROTOCOLO GERAL 250/2021
Data: 28/01/2021 - Horário: 14:21
Legislativo - MOC 10/2021

MOÇÃO Nº 10/21

****

MOÇÃO DE APOIO e também de SOLIDARIEDADE com os agricultores em relação ao aumento nas alíquotas de ICMS.

Senhor Presidente:

Respeitadas as formalidades de estilo, ouvido o Plenário, PROPOMOS a Vossa Excelência a inserção em ata dos trabalhos de MOÇÃO DE APOIO e também de SOLIDARIEDADE com os agricultores em relação ao aumento nas alíquotas de ICMS sobre alimentos, insumos agrícolas e medicamentos. As mudanças, sobretudo nos insumos agrícolas, teriam alteração ou elevação a partir de 1° de janeiro.

A Lei 17.293/2020, aprovada em outubro pela Assembleia Legislativa de São Paulo e em vigor desde o dia 16 de Outubro, trazia em seu texto um extenso aumento nas alíquotas de ICMS sobre alimentos, insumos agrícolas e medicamentos. As mudanças, sobretudo nos insumos agrícolas, teriam alteração ou elevação a partir de 1° de janeiro.

A Lei aduzia que adubos e fertilizantes, milho em grão, farelo de soja, sementes, produtos veterinários, defensivos e rações passariam de isentos para taxa de 4,14%. O óleo diesel e o etanol, que tinham alíquota de 12%, para 13,3.

Contrários a essas mudanças, que trariam aumento de valores e prejuízos, representantes do agronegócio se reuniram no último dia 7 em um massivo Tratoraço contra o aumento do ICMS, fazendo com que o governador João Dória (PSDB) voltasse atrás e cancelasse o aumento das alíquotas para os alimentos, insumos agrícolas e medicamentos previstos na Lei.

Entretanto, os produtores rurais, mesmo de forma rápida, chegaram a ser afetados pelas mudanças trazidas na lei aprovada pela Assembleia Legislativa. Nos 7 dias em que ela esteve vigorando, quem comprou os itens supra citados, acabou

Nos 7 dias em que ela esteve vigorando, quem comprou os itens supra citados, acabou tendo que ter um desembolso maior do que o esperando, provocando prejuízos e custos ainda maiores na produção.

O aumento de custos, no fim, torna-se uma cadeia, prejudicando a todos, ao agricultor, que fica sem ter retorno pelo seu investimento, ao comerciante, que comprará produtos mais caros e, assim, os venderá mais caros também e, no final da corda, aos consumidores, que se verão cada vez mais impotentes frente à alimentos cada vez mais caros e inacessíveis.

Apesar de o governador ter cancelado parte do aumento previsto na lei, nada foi tratado sobre o aumento das alíquotas sobre o diesel e a energia elétrica, que também recaem sobre o agronegócio, uma vez que eles também são itens indispensáveis na cadeia produtiva. Levantamentos indicam que apenas nas granjas de aves o aumento da energia provocará uma alta de 12% nos custos de produção. Até o ano passado, os produtores eram isentos da taxação de ICMS.

O "tratoraço" organizado pelo SIRAN (Sindicato Rural da Alta Noroeste) reuniu nesta quinta-feira (07) mais de 150 veículos, entre tratores, caminhões, colheitadeira e caminhonetes. Durante cerca de uma hora, produtores rurais da região percorreram algumas das principais avenidas de Araçatuba (SP). O evento foi um protesto contra este aumento do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) de produtos relativos ao agronegócio promovido pelo Governo de São Paulo, por meio da Lei 17.293 de 15/10/2020 e dos Decretos no 65.252, 65.253, 65.254 e 65.255.Por esses motivos, apoiamos e nos solidarizamos com os produtores rurais de nossa região, que foram às ruas com seus tratores e também aqueles que não puderam. Organizado por produtores rurais e entidades classistas, o protesto ocorreu simultaneamente em mais de 200 cidades, como Araraquara, Bauru, Descalvado, Fernandópolis, Franca, Guaíra, Guará, Ituverava, Jaboticabal, Jaú, José Bonifácio, Mogi das Cruzes, Miguelópolis, Monte Aprazível, Morro Agudo, Orindiúva, Ourinhos, Pitangueiras, Santa Cruz do Rio Pardo, Taquaritinga e Tupã. Com o movimento, agricultores, pecuaristas, associações, sindicatos e representantes classistas do agronegócio querem pressionar autoridades e reverter o incremento do imposto por parte do governo paulista.

Elevar a carga tributária sobre o agronegócio significa penalizar um setor que, além de garantir, com folga, a segurança alimentar do País, exporta para importantes mercados internacionais, gerando milhões de empregos formais e receitas para a nossa economia. O agronegócio foi o único segmento a resistir economicamente frente aos efeitos devastadores provados pela pandemia do novo Coronavírus, garantindo a saúde e segurança alimentar de milhões de brasileiros que convivem com irreparáveis perdas humanas, sociais e financeiras.

O momento é de reconhecimento ao setor mais importante para a economia do País e não de aumentar a carga tributária, que provocará encarecimento dos produtos agropecuários e o consequente aumento do custo da cesta básica à população, que, junto ao pequeno e médio produtor, será a mais afetada com a decisão do Governo Paulista.

A presente MOÇÃO DE APOIO o é também em solidariedade a todos aqueles que trabalham diariamente, sob sol e chuva, para colocar comida em nossa mesa e cujo trabalho merece é digno de homenagens e respeito.

Assim, requeremos seja enviada cópia desta Moção de Apoio aos interessados, em especial ao Sindicato Rural da Alta Noroeste através de seu presidente Fábio Brancato (Rua Dr. Alcides Fagundes Chagas, 600- bairro Aviação), cientificando-os de nossa total solidariedade a esta classe.

Câmara Municipal de Birigüi,
Em 15 de janeiro de 2.021.

BENEDITO DAFÉ GONÇALVES FILHO,
VEREADOR.